

Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ nº 24.302.734/0001-93

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos aos exercícios findos em 31/12/18 e 2017. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2018	2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	130	26.140
Tributos e contribuições sociais compensáveis		257	–
Outros créditos		780	30
Total ativo circulante		1.167	26.170
Ativo não circulante			
Outros créditos		–	10
Imobilizado, líquido	5	111.666	400
Intangível		298	–
Total ativo não circulante		111.964	410
Total do ativo		113.131	26.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social			Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva de capital			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.018	(525)	562	(45)	1.010	
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	(3.776)	(3.776)	
Mutações Internas do patrimônio líquido:							
Aumento de capital		43.799	(17.157)	–	–	26.642	
Ágio na emissão de ações		–	–	2.248	–	2.248	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		44.817	(17.682)	2.810	(3.821)	26.124	
Lucro líquido do exercício	8	–	–	–	129	129	
Mutações internas do patrimônio líquido:							
Aumento de capital	8	63.124	17.682	–	–	80.806	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		107.941	–	2.810	(3.692)	107.059	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 15 de fevereiro de 2016, tem por objeto social de gerar e comercializar energia solar por meio de painéis fotovoltaicos do projeto Boa Hora 3, incluindo sua implementação e montagem, nos termos do Edital nº 09/2015 - ANEEL (Leilão de Energia Reserva - 2º LER de 2015) e do Contrato de Comercialização de Energia a ser celebrado em função do referido leilão. A sede da Companhia está localizada na Rodovia Percy Waldir Semeghini (SP 543), Fazenda São José, s/nº, lote 03, Zona Sul, CEP 15685-000 - Ouroroste/SP. A Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. possui uma garantia física de 5,3 MWh de energia contratada por 20 (vinte) anos a R\$ 291,75/MWh com capacidade instalada de 23 MW e investimento estimado de aproximadamente R\$128.000.

Parque Gerador	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação da portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh
Boa Hora 3	LER 09/2015	169/2016	09/05/16	08/05/2051	35 anos	2019	23	5,3
Total							23	5,3

Em 01 de agosto de 2017 a AES Tietê Energia S.A. ("Tietê Energia") assinou o contrato de compra de ações para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, tendo como vendedoras as empresas European Energy A/S ("European Energy"), Eólica Tecnologia Ltda. ("Eólica Tecnologia") e Solar Tecnologia Ltda. ("Solar Tecnologia"). Em 02 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") pedido de alteração das características técnicas do projeto, que originalmente possuía autorização para construção no Estado do Pernambuco. A Companhia solicitou à ANEEL a transferência de Boa Hora 3, com o objetivo de construí-lo em terreno no estado de São Paulo, na cidade de Ouroroste, localizado a 3 km de uma das usinas hidrelétricas da Tietê Energia, a Usina Água Vermelha. A referida alteração foi aprovada no dia 03 de novembro de 2017. A Fase 1 da Planta Solar Boa Hora 1 estava em estágio de construção e a operação comercial, que estava prevista para ser iniciada em novembro de 2018, não se realizou devido atrasos na obra do empreendimento. A conclusão da obra ocorreu em março de 2019 e, desde então, iniciou-se as operações de testes, as operações comerciais estão previstas para maio de 2019, sendo que na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização. Em novembro de 2018, conforme despacho nº 2.592, a ANEEL deslocou para 27 de novembro de 2018 a data para início de suprimento dos contratos no ambiente regulado referente à usina de Boa Hora 3, adiando proporcionalmente o termo final contratual. Tal alteração é decorrente do reconhecimento de um período de 26 dias de atraso como excludente de responsabilidade, afastando eventuais penalidades contratuais decorrentes deste atraso até 27 de novembro de 2018. A partir desta data, foram provisionadas penalidades contratuais, no montante de R\$215. A Companhia é diretamente controlada pela AES Tietê Energia S.A. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 9 de abril de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09 e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.2. Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. A Administração da Companhia entende que não há riscos que possam afetar a continuidade, pois caso a Companhia e sua controladora direta não dispuserem de caixa suficiente para liquidar seus compromissos financeiros, a The AES Corporation, principal provedora de capital da Companhia e sua controladora, fornecerá os recursos necessários para atender a essas obrigações existentes.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos Financeiros

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica "investimentos de curto prazo". O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

(b) Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia classifica fornecedores como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado. **3.2. Imobilizado** O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos com juros de empréstimos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgá-las adequadas e que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade dos valores, pois a depreciação será limitada ao prazo de autorização, ou ao longo da vida útil estimada dos ativos, dos dois o menor.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A premissa adotada pela Companhia é revisada periodicamente no curso ordinário dos negócios. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir: **(a) Valor justo de instrumentos financeiros** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

3.4. Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2018

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

3.5. Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17. A Companhia adotará o método retrospectivo modificado, sem representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Em função deste pronunciamento, ao longo do ano de 2018.

O contrato incluído no escopo de reconhecimento e mensuração foi o de aluguel de terreno (1 contrato). Para esse arrendamento, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para definição do contrato a ser avaliado, a Companhia empregou os seguintes julgamentos: (i) contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses; (ii) contratos de arrendamento de valor relevante.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Notas	2018	2017
Custos operacionais			
Serviços de terceiros		(123)	(90)
Material		(51)	–
Perda por não recuperabilidade de ativo		–	(3.748)
Outras receitas operacionais		–	20
Outras despesas operacionais		(223)	(27)
Total dos custos operacionais		(397)	(3.845)
Resultado bruto		(397)	(3.845)
Receitas financeiras	9	468	–
Despesas financeiras	9	(56)	(15)
Marcação a mercado do NDF (i)	9	217	–
Variações cambiais, líquidas	9	–	84
Total do resultado financeiro		629	69
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		232	(3.776)
Contribuição social	10	(34)	–
Imposto de renda	10	(69)	–
Total dos tributos sobre o lucro		(103)	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		129	(3.776)
Resultado básico e diluído por ação ordinária (Em reais - R\$)		0,000000 (0,000000)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	129	(3.776)
Total de resultados abrangentes do exercício	129	(3.776)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
--	------	------

Atividades operacionais: Lucro (prejuízo) líquido do exercício 129 (3.776)

Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:

Perda por não recuperabilidade de ativo	–	3.748
Marcação a mercado do NDF	(217)	–
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(320)	–
Aumento/redução dos ativos e passivos	(306)	6
	(714)	(22)

Pagamento de imposto de renda e contribuição social Juros resgatados de investimentos de curto prazo **Caixa líquido usado nas atividades operacionais** (619) (22)

Atividades de investimentos:

Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(106.414)	(2.751)
Derivativo NDF	217	–
Aplicações em investimentos de curto prazo	(59.561)	–
Resgates de investimentos de curto prazo	59.561	–
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(106.197)	(2.751)

Atividades de financiamentos:

Aumento de capital	80.806	26.642
Integralização do ágio na emissão de ações	–	2.248
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	80.806	28.890
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(26.010)	26.110
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	26.140	23
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	130	26.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se a uma taxa de desconto de 14,85% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento, da autorização ou da concessão, o que for menor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa totaliza R\$130, em 31 de dezembro de 2018.

5. IMOBILIZADO

Refere-se principalmente a imobilizado em curso referente à construção do complexo, além de gastos com modernização de algumas unidades geradoras. Durante o exercício de 2018, houve uma adição de R\$111.266 no referido em curso.

6. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores no montante de R\$4.259, em 31 de dezembro de 2018, referem-se, principalmente, a valores a pagar sobre serviços de desembaraço aduaneiro.

7. PARTES RELACIONADAS

(i) Contas a pagar com a íntegra decorrente da medição do serviço prestado, referem-se à construção da Subestação. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos eram de R\$1.347 e R\$400, respectivamente. (ii) Outras obrigações referentes ao contrato de prestação de serviços com a AES Tietê Energia S.A., tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos eram de zero e R\$55, respectivamente.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$63.124, mediante a emissão e subscrição de 6.312.406.861 novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de um centavo cada. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$44.816 para R\$107.940, representado por 10.794.090.022 ações ordinárias.

9. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras referem-se às receitas com aplicações financeiras. As despesas financeiras referem-se a juros. As variações cambiais referem-se à marcação a mercado do NDF, contratado com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra futura de painéis solares fotovoltaicos e inversores para AGV VI, em 2018, a Companhia contratou operações de NDF, com contrapartes diferentes. Os derivativos foram inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e foram posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Boa Hora é feita com base na forma de tributação do lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa.

DIRETORIA		
Ítalo Tadeu de Carvalho Filho Diretor	Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretor	Anderson de Oliveira Diretor

CONTADOR	
Hugo Satoru Nagae CRC 1SP329701/O-6	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Boa Hora 3 Geradora de Energia S/A São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Boa Hora 3 Geradora de Energia S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, Boa Hora 3 Geradora de Energia S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 09 de abril de 2019

EY
Building a better
working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Marcos Antonio Quintanilha
Contador - CRC - 1SP13276/O-6